

Historiografia da noção de Complexidade Linguística em Três Momentos da História da Linguística

Ednei da Silva Leal

RESUMO

A complexidade linguística foi um truísmo nos estudos sobre a linguagem durante décadas, no entanto, mais recentemente, a hipótese da equicomplexidade entre as línguas vêm sendo contestadas (McWhorter 2001, Dahl 2004, Culicover 2012, dentre outros). A partir de ferramentas teóricas da linguística, cada vez mais refinadas, acreditamos estar, hoje em dia, de posse de um conhecimento mais acertado para afirmarmos que há diferenças, ainda que mínimas, de complexidade entre as línguas. Neste trabalho, fazemos um breve percurso histórico do assunto, baseado na Historiografia da Linguística (Koerner 2014) e na Filosofia da Linguística (Borges Neto 2004) para tentar mostrar que as discussões em torno da complexidade linguística se mostraram diversas e, às vezes, contraditórias. Nosso recorte temporal privilegia três períodos em que o assunto foi objeto de estudo ao longo da história da linguística.

Palavras-chave: *Complexidade Linguística; Historiografia Linguística; Filosofia da Linguística.*

ABSTRACT

Linguistic complexity has been a truism in language studies for decades, but more recently, the hypothesis of equicomplexity between languages has been contested (McWhorter 2001, Dahl 2004, Culicover 2012, among others). Based on increasingly polished theoretical tools of linguistics, we believe we are, today, in possession of a more accurate knowledge to assert that there are differences, albeit minimal, in complexity between languages. In this work, we make a brief historical course of the subject, based on the Historiography of Linguistics (Koerner 2014) and Philosophy of Linguistics (Borges Neto 2004), trying to show that discussions around linguistics it is diverse and, at times, contradictory. Our time frame privileges three periods in which the subject has been the object of study throughout the history of linguistics.

Keywords: *Language Complexity; Historiography of Linguistics; Philosophy of Linguistics.*

1. Preliminares

O truísmo de que há alguma espécie de “lei das compensações” que torna as línguas naturais equivalentes em sua complexidade (Hockett 1958) vem recebendo críticas nos últimos anos. McWhorter (2001) procura mostrar que as línguas emergentes, como os crioulos, são menos complexas que outras línguas há mais tempo estabelecidas. Dahl (2004) também mostra que a complexidade tem relação direta com a idade da língua. Kusters (2003) mostrou em sua tese que em diferentes variedades do quéchuá, os verbos podem se manifestar de modo mais simplificado. O assunto vem sendo discutido tão enfaticamente que surgiram até mesmo duas coletâneas bastante significativas: Miestamo et al. (2008) e Sampson et al. (2012). No caso da linguística produzida no Brasil o assunto ainda é pouco explorado.

Pretendemos neste trabalho apresentar um recorte de um estágio de pesquisa, ainda em fase inicial, de três momentos em que a noção de complexidade linguística foi objeto de estudo na linguística, ou seja, elencamos apenas os três momentos da história dos estudos linguísticos em que, segundo investigações anteriores (LEAL 2020), estudou-se ou discutiu-

se sobre o fenômeno da complexidade linguística: i) em meados do século XIX; ii) na primeira metade do século XX; iii) entre fins do século XX e esse início de século XXI. Devemos justificar esse fato, pois em grande parte da história da linguística¹ a complexidade não foi objeto de estudo e mesmo em dados momentos, quando foi, não houve, a nosso ver, discussões conclusivas sobre a complexidade das línguas. Nesse sentido, deixaremos de fora momentos importantes da história da linguística, como o gerativismo, por exemplo, porque nele as discussões sobre complexidade linguística não foram desenvolvidas a ponto de serem submetidas a testes ou provas, somente foram discutidas como “ponto pacífico”, conforme veremos mais adiante, que ocorre desde, pelo menos, a obra de Hockett (1958).

De todo modo, o que percebemos é que mesmo que a noção de complexidade linguística tenha sido debatida, as conclusões a que os linguistas chegavam eram limitadas por observações, muitas vezes, alheias aos fenômenos linguísticos propriamente. Isso nos leva a crer que até, pelo menos, fins do século XX, a questão da complexidade linguística não teria passado de mera especulação. Por exemplo, no século XIX, por mais que se tenha levado em conta a questão observando estruturas da língua, outras questões como a forte associação das formações linguísticas com aspectos sociais de seus falantes ou mesmo julgamentos inadequados das estruturas das línguas levou a conclusões nem sempre realistas do que seja o fenômeno da complexidade linguística. Ao contrário, em dado momento no século XX, ao procurar dissociar língua dos seus falantes num esforço válido de limar eventuais preconceitos, aliado a observações insuficientes das estruturas das línguas, novamente fez com que o fenômeno da complexidade linguística fosse interpretado de modo pouco realista.

Vale lembrar que este trabalho está num estágio ainda bastante incipiente, portanto, há aqui lacunas e dúvidas que devem ser preenchidas e respondidas em estágios mais avançados dessa pesquisa. Isso quer dizer que insistiremos ainda mais no assunto e que, por hora, o que temos é um recorte prévio de uma pesquisa em andamento que terá como resultado, esperamos, algo ainda bem mais detalhado.

Além dessa seção inicial, este artigo se divide na segunda seção, onde expomos brevemente nossos princípios metodológicos. Na terceira seção fazemos um breve apanhado do que se entende hoje por complexidade, bem como mostramos algumas formas das quais se pode medir complexidade linguística. Nas três seções seguintes procuramos discutir o que se entendia e o que se entende hoje em dia por complexidade linguística, na ordem: meados do século XIX, primeira metade do século XX e passagem entre final

1 Nesse particular, seguimos Guimarães (2020) para quem a sistematização científica dos estudos linguísticos se inicia já no século XIX com a chamada gramática histórico-comparativa.

do século XX e início do século XXI. Na última seção, fazemos um breve apanhado dos resultados de nosso trabalho.

2. Princípios metodológicos

Tomamos como base neste trabalho, o esforço conjugado de dois saberes que, de certo modo, se complementam: a historiografia da linguística e a filosofia da linguística. Do primeiro temos princípios já bem estabelecidos, os quais apresentaremos a seguir de forma brevíssima. Talvez o principal deles é que a historiografia da linguística (HL) toma como objeto de estudos os saberes construídos pela linguística através de sua história, tais saberes, quando confrontados, carecem de fontes, as quais, na maioria das vezes, são trabalhos metalinguísticos. O produto final dessa pesquisa seria uma narrativa historiográfica, a qual, como se sabe, não está livre de interpretações: “Coloca-se como função, então, interpretar saberes sobre a linguagem tanto em sua dimensão interna (o que os textos – os documentos históricos – dizem, como dizem, por que o dizem), quanto em sua dimensão externa (o contexto histórico em que esses textos são legitimados como parte de um processo científico e/ou intelectual)” (Batista e Bastos 2020).

Segundo Swiggers (2019), uma pesquisa em HL delinea-se a partir de três procedimentos: i) fase heurística: hierarquização de documentos e definição de procedimentos para se interpretar esses documentos; ii) fase hermenêutica: em que se faz a interpretação, levando em consideração o caráter interdisciplinar da HL; iii) fase expositiva: geralmente narrativa, a qual o trabalho final fica exposto. Neste trabalho, a fase heurística se deu pela escolha criteriosa de textos linguísticos que versam sobre a complexidade, não por acaso as três fases aqui selecionadas são as mesmas em que a complexidade linguística foi objeto de investigação. Na verdade, na fase heurística de nossa pesquisa, foram somente as escolas e períodos aqui recortados que foram mais incisivos ao tratarem sobre complexidade linguística, enquanto outros períodos e escola investigadas, o assunto era apenas tocado de forma marginal.

Tomamos também como aparato três premissas da HL que Koerner (2014) sugere que devem ser evocados ao fazer investigações dessa natureza, são elas o (i) princípio da contextualização, em que se faz o levantamento do clima de opinião da época em que os documentos foram produzidos; ii) o princípio de imanência, fase em que levanta informações a fim de se compreender o produto intelectual das épocas estudadas; e iii) princípio de adequação teórica, em que se aproxima, tanto quanto possível, teorias passadas com a metalinguagem atual, sem, com isso, fazer juízos de valores a teorias e preceitos hoje ultrapassados. Naturalmente, a fase do nosso trabalho que corresponde ao clima de opinião verifica-se nos três momentos do nosso recorte: no século XIX quando a linguística era dominada pelos

estudos histórico-comparativos; na primeira metade do século XX, quando o chamado estruturalismo imperava nos estudos linguísticos, embora saibamos que tal estruturalismo se manifestou de diferentes formas a depender da orientação ou do linguista; num último período, entre os séculos XX e XXI, sobretudo a complexidade foi investigada em correntes funcionalistas. No que corresponde ao princípio de imanência, procuramos entender como as orientações teóricas enxergavam o objeto complexidade linguística nos três diferentes momentos aqui recortados. No que concerne ao princípio de adequação teórica, procuramos ser o mais claro possível com relação ao que hoje entendemos por complexidade linguística, ressalvado as devidas diferenças do que se entendia do mesmo assunto nos períodos passados aqui estudados. Nesse sentido, termos que hoje nos parecem estranhos, tais como “riqueza” de formas ou “perfeição” da língua, eram correntes em tempos passados para designar, hodiernamente, a complexidade das línguas.

Além dessas posições, procuramos, tanto quanto possível, manter a neutralidade epistemológica (Auroux 1992), no sentido de não fazer pré-julgamentos, especialmente, de teorias passadas. Mas isso nem sempre foi possível, na medida que atestamos a desproporcionalidade entre estudos de outras áreas comparadas a da complexidade linguística. Isso quer dizer propriamente que enquanto, por exemplo, no século XIX haviam avançados estudos nos níveis fonológicos e morfológicos, as reflexões em torno da complexidade linguística praticamente não tomaram a estrutura das línguas em consideração, ao menos não num sentido amplo, a ponto de considerar as estruturas das línguas por si mesmas como menos ou mais complexas. Além da observação de que o sistema flexional “decai”, mas nenhum outro aspecto estrutural é levado em consideração para se atestar ou não a diferença de complexidade entre as línguas. Além disso, não havia ainda ferramentas teóricas para medir, ante tais estruturas, a suposta diferença de complexidade entre as línguas. Dito de outra forma, a questão da complexidade linguística parece nunca ter sido levantada, tendo em conta as estruturas nos mais diversos níveis da língua.

3. O que é e como medir complexidade linguística

A tarefa nada fácil de tentar definir complexidade ainda é uma questão em aberto, debatida amplamente: Gall-Mann (1995), Edmonds (1999), McWhorter (2001), Miestamo et al. (2008), dentre diversos outros. Antes de definirmos o que é complexidade linguística propriamente, convém que definamos o que se entende por complexidade. Ao longo das últimas décadas, filósofos têm se inclinado a responder o que propriamente é a complexidade. Para Gall-Mann (1995), a complexidade estaria situada entre estas duas “forças” da natureza: o caos e a perfeição. Ou seja, tudo o que é absolutamente

regrado ou tudo que é absolutamente caótico tem complexidade igual ou próximo a zero. A complexidade seria, então, uma propriedade inerente a vários aspectos da natureza que podem ser observados, entendidos e, mesmo, medidos. Ela é, antes de tudo, um ponto de vista, pois depende do tipo de “saber” e, principalmente, do “lugar” de onde se observa cada objeto de estudo. Essas concepções de complexidade têm afetado tanto a maneira como vemos o mundo que, de certo modo, podem até estar mudando o jeito de fazermos ciência (Gell-Mann 1996). Seja como for, complexidade não é, definitivamente, o antônimo de simplicidade. Ambas estariam mais para modos de organizar as coisas no mundo do que oposições propriamente. Ou seja, tanto a propriedade de ser simples, como a propriedade de ser complexo, dependem, primeiramente, do ponto de vista e, logicamente, do observador.

Assim como a complexidade é uma qualidade inerente a vários aspectos da natureza – diga-se, a praticamente todos – a complexidade linguística também se apresenta como uma qualidade inerente de toda e qualquer língua natural. Isso quer dizer que, se há uma língua e se ela foi naturalmente formada, logo se trata de uma entidade complexa. Se é complexa, a língua pode também ser observada, entendida e medida.

Para Gell-Mann (1995) um dos conceitos que mais se assemelha ao da complexidade é o do “saber”. Assim como há diferentes tipos de saber, há diferentes tipos de complexidade. A título de exemplo, suscitamos dois saberes linguísticos, o *metalinguístico* e o *epilinguístico* (Swiggers 2009). O Conhecimento *epilinguístico* diz respeito ao conhecimento inato que temos da língua, enquanto o *metalinguístico* somente é adquirido formalmente. Assim, um falante de uma língua qualquer consegue facilmente produzir uma sentença encaixada (saber *epilinguístico*), no entanto, nem todo falante saberia classificar em um discurso ou mesmo num texto escrito a mesma sentença (saber *metalinguístico*). Nota-se que ambos os saberes carregam consigo níveis de complexidade, mas que são diferentes, assim como os saberes são diferentes. Desse modo, podemos perceber que o conceito de complexidade depende do ponto de vista.

Dahl (2004) afirma que complexidade tem relação com a propriedade de compactação de uma dada informação. Ele se utiliza das teorias matemáticas de Kolmogorov (*apud* Dahl 2004) para procurar mostrar que entidades menos complexas são mais facilmente compactadas e, ao contrário, entidades mais complexas apresentam maior dificuldade de compactação. Nesse sentido, tomando como base a língua como meio de informações que se prestam à comunicação, Dahl (2004) mostra em seu trabalho que línguas que possuem mais informação em suas estruturas, tal como a marcação redundante do plural, por exemplo, também garantem a melhor veiculação dessa informação. Compare-se que em “os livros velhos” a redundância do morfema “_s”, garante mais enfaticamente o plural do que se fosse marcada

em apenas um elemento da cadeia, tal como “the old books”. Segundo o mesmo Dahl (2004) traços como esse só são adquiridos com o tempo, ou o que ele chama de “ornamentos” adquiridos pela língua. Tais ornamentos, ao mesmo tempo que reafirmam informações veiculadas pela língua, também gerariam maior custo de processamento e, portanto, maior complexidade.

Para filósofos como Edmonds (1999) o conceito de complexidade pode ser explicado com os chamados “sistemas adaptativos complexos”. Um desses sistemas, possivelmente o mais notável deles, talvez seja a linguagem humana, pois ela não depende apenas de aparatos inatos, mas também de aparatos sociais para seu adequado funcionamento. Isso quer dizer que tais sistemas não apenas mudam, mas se adaptam a depender do que lhes são exigidos socialmente. Os sistemas adaptativos complexos são entendidos como parte da natureza biológica, cujas leis são regidas por parâmetros arbitrários, e como parte da natureza social, porque podem sofrer modificações através do aprendizado de um dado código. Dito de outra forma, a complexidade de tais sistemas reside no fato de que parte deles vêm de entidades arbitrárias, geralmente biológicas, e parte são “aprendidos” ante as necessidades da sociedade. Nesse sentido, se as línguas funcionam dessa forma, todas elas têm a propriedade de serem complexas dado sua maneira de funcionamento:

Segundo, então, estudiosos da complexidade (sobretudo Gell-Mann 1995 e 1996, e Rescher 1998), a língua seria um sistema adaptativo complexo, cujos pré-dispositivos inatos não são suficientes para sua eclosão. Junto a estes, deve-se considerar o ambiente e as condições sociais, ainda que estas também sejam herdadas. Um tipo de herança, aliás, diferente da genética, a que Dawkins (1976) chamou de *meme*. Ou seja, ao invés de uma herança genética, os sistemas adaptativos complexos se valem de heranças sociais. Dada esta característica, há uma tendência geral desses sistemas em se modificar mais rapidamente, isso porque os sistemas adaptativos complexos têm como principal característica absorver, através do aprendizado junto à sociedade que os circunda, o conhecimento acumulado por essa sociedade. Assim, diferentemente de outros sistemas, o sistema adaptativo complexo é capaz de “aprender” e, com isso, se modificar. Justamente como fazem as línguas naturais [...] (LEAL 2020, pp.: 46-47).

Linguistas que se dispõem a estudar complexidade linguística geralmente usam três critérios para medi-la: o critério da estrutura, o critério do usuário e o critério da aquisição. Como veremos mais adiante, linguistas como McWhorter (2001) e Dahl (2004) se valem da estrutura da língua para medir complexidade, observando, por exemplo, quais estruturas são produtos

da idade da língua e quais são apenas essenciais para, digamos, a comunicação em línguas emergentes. As estruturas mais antigas estão associadas a maior complexidade, ou seja, somente línguas há mais tempo estabelecidas adquirem certos traços, como redundâncias em seu inventário, como vimos acima. Às línguas jovens são associadas estruturas mais simples, como no caso dos crioulos, como observa McWhorter (2001). Ambos os linguistas se valem de estudos funcionalistas, já linguistas como Culicover (2013) e Newmeyer & Preston (2014) se utilizam do aparato da gramática gerativa, mais especificamente do modelo de princípios e parâmetros para apontar que há diferenças de complexidade entre as línguas. Culicover (2013) acredita que se possa medir complexidade observando o número de regras necessárias para se descrever a estrutura de uma língua. Mesmo assim, ele acredita, assim como Kusters (2003), que o que torna a língua algo complexo é a relação entre sua estrutura interna – que provavelmente é inata – e características externas à língua, ou seja, sua relação com o mundo. Dessa forma, sua complexidade depende de fatores sociais produzidos em situações de comunicação, talvez mais do que fatores estruturais.

Pelo viés do usuário, Kusters (2003) se utiliza dos julgamentos dos falantes, sobretudo estrangeiros, para avaliar as flexões verbais em três variedades do quéchua. Critérios avaliados por falantes também são importantes para investigação da complexidade linguística através da aquisição. Na verdade, desde Larsen-Freeman (1975 *apud* Miestamo et al 2008) há ferramentas, utilizadas na linguística aplicada, para medir proficiência de falantes de línguas estrangeiras. Mais recentemente (Sampson et al 2009) tais ferramentas são também utilizadas para medir complexidade entre diferentes línguas ou entre variedades de uma mesma língua. Assim, quanto maior a dificuldade apresentada na aquisição de dada estrutura, aparentemente, mais complexa ela é.

Tanto o conceito filosófico quanto linguístico do que seja complexidade obviamente ultrapassariam as páginas deste artigo caso fossem minuciosamente explicados. Dado nosso objetivo neste trabalho, o qual seja, a historiografia da noção de complexidade linguística, o conceito de complexidade fica apenas resumido a essas poucas páginas, mas que ilustram minimamente o problema enorme que é conceituar tanto a complexidade, quanto a complexidade linguística. Problema esse que continua a ser largamente debatido tanto por linguistas, como por filósofos, como os acima citados².

2 Em todo caso, recomendamos a leitura das teses de Edmonds (1999) e de Leal (2020) para mais esclarecimentos sobre os conceitos de complexidade.

4. Complexidade Linguística no Século XIX

Ao que parece, desde a Antiguidade notou-se diferenças de complexidade entre as línguas (Beccari 2013), ainda que os estudos sistemáticos aconteceriam apenas no século XIX, mesmo assim, o objeto se concentrou nos fenômenos morfológicos, tais como a marcação de caso, e apenas em algumas línguas. Já no período conhecido como Renascimento havia a noção de que as línguas modernas europeias jamais teriam a “riqueza” das chamadas línguas clássicas, o grego e o latim. Mais tarde, em fins do século XVIII, com os estudos sobre o sânscrito, percebeu-se nessa língua também grande “riqueza” que aparentemente não apresentavam as línguas modernas. Seja como for, o que foi reconhecido como “complexidade”, ainda que esse termo raramente tenha sido usado, durante muito tempo da história dos estudos sobre a linguagem foi o paradigma morfológico. Ou seja, quanto mais rico o paradigma morfológico, mais rica e completa parecia ser a língua (Deutscher 2014). Nesse sentido, entendemos por “riqueza”, as estruturas morfológicas abundantes que apresentam as línguas indo-europeias, ou seja, essa sua abundância aliada a diversas combinações e formas parecem garantir a complexidade dessas línguas no nível morfológico, e obviamente não apenas nesse nível.

Aparentemente, antes dos estudos sistemáticos do século XIX, praticamente não havia discussões acerca da complexidade das línguas (Guimarães 2020). O que parecia haver era um consenso de que as línguas eram complexas e, no máximo, havia comentários de que algumas línguas pareciam ser mais complexas do que outras. Desde, pelo menos, o advento das gramáticas nacionais – Nebrija (1492), João de Barros (1540), entre outros – notou-se a paulatina perda de casos nominais, de modo que quando estabelecidas as chamadas línguas nacionais, tais traços morfológicos já não mais existiam e, posteriormente, dessas com relação ao sânscrito. Ante isso, logo se associou riqueza morfológica com uma suposta perfeição das línguas clássicas (Deutscher 2014), pois aquelas pareciam mais completas e, portanto, mais complexas do que suas línguas filhas derivadas³. Essa noção perpetuou, pelo menos, até o século XIX.

Parte da fala daquele que se tornaria o precursor dos modernos estudos linguísticos levados a cabo ao longo do século XIX, Sir William Jones, deixa

3 Dadas as nossas pesquisas (Ver Leal 2018 e 2020), não há outra associação possível, para os linguistas do século XIX, entre a valoração das línguas (riqueza morfológica, perfeição, tais como outros adjetivos cognatos) e a sua complexidade. Isso porque era forte a associação entre morfologia e complexidade da língua, novamente, num sentido qualitativo do termo. Foram pontualmente os aspectos morfológicos e fonológicos, aliás, que surpreenderam William Jones e outros que, a partir dele, começaram a comparar o sânscrito às línguas europeias. Nesse sentido, cremos que há evidências textuais suficientes para associar os proeminentes e abundantes traços morfológicos de línguas como sânscrito, grego e latim com maior complexidade dessas línguas, ante as que não possuem tais traços. Para mais detalhes sobre isso, ver Joseph & Newmeyer (2012).

transparecer que além de uma filiação entre sânscrito e as línguas clássicas da Europa, havia aí uma relação entre riqueza morfológica e, de certa forma, a complexidade dessas línguas:

O sânscrito, sem levar em conta a sua antiguidade, possui uma **estrutura maravilhosa**: é mais **perfeito** que o grego, mais **rico** que o latim e mais **extraordinariamente refinado** do que ambos. Mantém, todavia, com estas duas línguas tão grande afinidade, tanto nas raízes verbais quanto nas formas gramaticais, que não é possível tratar-se do produto do acaso. É tão forte essa afinidade que qualquer filólogo que examine o sânscrito, o grego e o latim não pode deixar de acreditar que os três provieram de uma fonte comum, a qual talvez já não exista. Razão idêntica, embora menos evidente, há para supor que o gótico e o celta tiveram a mesma origem que o sânscrito (*Apud* ROBINS, 1979, p. 107 – grifos nossos).

Com ascensão dos chamados estudos histórico-comparativos, a observação sistemática às estruturas linguísticas deu vazão para que diversas questões fossem suscitadas durante a primeira metade do século XIX, dentre essas questões, levanta-se a da complexidade linguística. Schleicher (*apud* Deutscher 2014) se pergunta como as línguas modernas, desgastadas pelo tempo de suas valiosas flexões, mantêm ainda sua existência (Deutscher 2014). Essa foi uma das grandes questões que levou Schleicher (*apud* Deutscher 2014) a se perguntar por que existe complexidade das línguas. Por outro lado, Humboldt (Heiderman & Weininger 2006), ao observar a estrutura de diversas línguas não europeias, chega à conclusão de que mesmo línguas dos povos ditos primitivos, possuíam todo aparato e, portanto, toda complexidade de qualquer língua europeia.

Em primeiro lugar, é importante que se diga que complexidade linguística, em si, não era propriamente o objeto privilegiado de estudos tanto de Schleicher (*apud* Deutscher 2014), quanto de Humboldt (Heiderman & Weininger 2006), ou eles não se referiam diretamente ao fenômeno, tangenciando, dessa forma, o que hoje é nosso objeto de observação e estudo. Schleicher (*apud* Deutscher 2014), talvez mais do que Humboldt (Heiderman & Weininger 2006), falava bastante na “decadência” das línguas modernas ante as línguas clássicas. Acreditava ele estar havendo uma erosão nas línguas modernas em detrimento às chamadas línguas clássicas, sobretudo no que dizia respeito aos seus sistemas morfológicos com a redução de paradigmas flexionais, por exemplo. A partir da linguística histórico-comparativa, as línguas predominantes da Europa e o sânscrito pareciam possuir indeléveis parentescos, novamente, atestados pela riqueza e semelhanças de seus sistemas morfológicos. Mais salientes, logo os sistemas morfológicos foram associados

196

à riqueza – como aliás, já fizera Jones – e à complexidade dessas línguas. Além disso, essas línguas possuíam um ancestral comum o chamado Protoindo-europeu (PIE), o qual, segundo suposições aparentemente lineares, era, para os linguistas do século XIX, uma língua completamente “regrada”⁴ (Robins 1979). Acreditavam esses estudiosos que seu paradigma era “perfeito”. Tal língua “sublime” haveria de ser falada por praticamente toda Europa, oriente próximo e Índia. Assim, havia a flagrante associação entre perfeição e riqueza morfológica, pois esses estudiosos acreditavam, então, que o PIE era regularmente perfeito: não apresentaria irregularidades verbais, nem tampouco idiossincrasias que deixavam a língua mais “degradada” (Deutscher 2014). “Constatada no sânscrito semelhante abundância morfológica, definiu-se, portanto, como mais perfeitas as línguas que apresentavam maior inventário morfológico, e por que não, mais complexas” (LEAL 2020, p. 24), ou seja, a visão que se tinha no século XIX do sânscrito era de que se tratava, de fato, de uma língua que se aproximava da perfeição. Junto a isso, foi provavelmente Schleicher (*apud* Deutscher 2014) um dos primeiros, junto a Humboldt (Heiderman & Weininger 2006), a postular uma tipologia das línguas, tendo as chamadas línguas morfológicas como as mais complexas, pois eram, segundo sua classificação, as línguas mais bem acabadas. Na classificação schleicheriana, as línguas morfológicas apresentam menos degradação com relação, por exemplo, às chamadas línguas aglutinantes, que não possuíam paradigmas morfológicos. Nesse sentido, apresentando, aparentemente, mais materiais que as línguas aglutinantes, as morfológicas pareciam, de fato, ser línguas mais complexas do que outras. Notemos que a partir disso, afirmar que línguas menos complexas, ou que continham pouco ou não continham morfologia, podiam facilmente se associar à degradação, portanto, línguas inferiores, logo, menos complexas.

Amsterdamska (1987, pp. 38-39) afirma que a primeira geração de linguistas, ou seja, de Schlegel a Schleicher, havia o entendimento de que o PIE era “mais orgânico” do que suas descendentes e que teria entrado num processo de decadência na medida que os povos que as falavam, entravam na história. De fato, Schleicher (*apud* Deutscher 2014) acreditava que o processo histórico degradava as línguas, outrora regulares e perfeitas. Ele convencionou, até mesmo, uma tese cômoda para postular a questão. Segundo Schleicher: na medida que os povos adentravam a História, o cuidado com a elaboração das línguas era deixado em segundo plano. Por isso é que se constatava a degradação das línguas, sobretudo depois do advento da história. Deutscher, glosando Schleicher ilustra a questão:

4 No século XIX acreditava-se que o PIE seria uma língua livre de “imperfeições”, ou seja, sem idiossincrasias, sem irregularidades verbais etc. Hoje em dia sabemos (Deutscher 2014) que tais traços são indispensáveis para a existência das línguas naturais.

Assim, como quaisquer outros organismos vivos, têm as línguas um período inicial de crescimento, seguido por um período de decaimento. E o ponto de viragem entre esses dois períodos está exatamente na “aurora da história”. Como Schleicher explica, “precisamente o fato de que encontrar uma linguagem já totalmente construída pela primeira aurora da História fornece a prova de que a construção da linguagem de fato acontece antes da História. “História e construção de linguagem são duas atividades opostas do espírito humano”. Em tempos pré-históricos, de acordo com Schleicher, uma nação estava ocupada construindo sua linguagem, e “apenas quando uma nação aperfeiçoa sua linguagem, é quando ela faz a sua entrada na história”. Mas ao entrar no palco da história uma mudança radical de direção tem que ocorrer, uma vez que a partir de agora a energia de um povo é em fazer a História de vez. Portanto, uma vez a História, “aquela inimiga da linguagem”, fica em curso, a língua começa a desmoronar e entrar em decadência. (DEUTSCHER, 2014: 111).

Ainda no século XIX, aliás, anterior a Schleicher, Humboldt já afirmava em 1832 que “(...) os falares assim chamados rudimentares e bárbaros já possuem tudo o que faz parte de um uso completo [de uma língua] (...)” (Heiderman & Weininger 2006, p. 25). Ele afirma isso após examinar amostras já disponíveis de línguas ameríndias, bem como em comparação a outras línguas como o hebraico e o latim. Nesse sentido, afirma Humboldt que mesmo civilizações mais reclusas e, na visão do século XIX, menos civilizadas, já possuía toda complexidade de qualquer língua europeia ou oriental. Seja como for, Humboldt foi possivelmente um dos primeiros a afirmar que todas as línguas naturais eram complexas. Na verdade, o estudo de Humboldt, intitulado “*Sobre o estudo comparativo das línguas em relação com as diferentes épocas do desenvolvimento das línguas*” é o primeiro, se não um dos únicos no século XIX a versar propriamente sobre complexidade das línguas.

Ainda, é interessante notarmos que o que se entendia por complexidade linguística no século XIX tinha muita relação com aspectos qualitativos da língua. Por exemplo, havia a associação de que a riqueza morfológica garantiria uma língua mais bem acabada e, por conseguinte, mais complexa, visto que línguas que não possuem morfologia ou não possuem muita morfologia, eram consideradas línguas inferiores, justamente por parecerem ser mais simples (Deutscher 2014).

Uma questão que eclode no século XIX e se estende para o século XX é: como as línguas continuam complexas após décadas de paulatina degradação? Dito de outra forma, como as línguas que outrora apresentavam um paradigma morfológico tão rico, foram perdendo sua riqueza e,

consequentemente, sua complexidade para dar lugar a línguas de morfologia pobre? Nesse sentido, a questão que intrigava linguistas era: se línguas como latim, tão morfologicamente ricas, se degradando em línguas neolatinas como o português e o italiano sobreviveriam a mais degradações através dos séculos? Na verdade, um dos pontos que esses linguistas não perceberam era o de associar, justamente, o paradigma morfológico à complexidade das línguas, em primeiro lugar.

Dessa forma, o que a linguística do século XIX nos legou é a noção de ancestralidade comum das línguas indo-europeias, mas por outro lado, acreditavam que com o passar do tempo, as línguas iam se tornando mais pobres porque iam se desgastando. Dessa forma, tornava-se sedutora uma tipologia que classificasse línguas com mais ou menos morfologia, associando-as a serem mais ou menos “corroídas” pelo tempo. Houve também a associação entre línguas supostamente menos complexas com baixa capacidade de seus falantes. Veremos, no entanto, que tal noção foi o estopim para o estabelecimento da equicomplexidade no século seguinte. Embora os avanços notáveis da linguística do século XIX, como a comparação “genética” entre as línguas, a questão da complexidade, dados os seus resultados vistos acima, se tornou incômoda e foi posta de lado.

5. Primeira metade do século XX: o estruturalismo

198

Depois de estabelecidos os parâmetros do estruturalismo – e falamos aqui mais propriamente do estruturalismo norte-americano – a questão da complexidade linguística volta às pesquisas, mas agora envolvendo questões éticas e não apenas linguísticas. Sob a influência do positivismo, que agora exige da linguística uma posição mais descritivista, e das ideias antropológicas de Franz Boas o estruturalismo terá uma visão bastante diferente da do século XIX sobre a complexidade linguística.

Havia, na época, um furor ao estudar as sociedades americanas nativas. Ainda que não fosse a prioridade de estudos, as línguas ameríndias chamavam atenção justamente por sua complexidade. Como já havia constatado Humboldt no século anterior, agora com ferramentas descritivas mais rigorosas, constata-se que em matéria de complexidade, as línguas dos nativos não se mostravam estruturalmente inferiores às línguas já então conhecidas. Essa constatação, juntamente com um anseio antropológico, cuja ética se verificava plausível, fez com que os estruturalistas apostassem na equicomplexidade das línguas, mais propriamente, de todas as línguas naturais.

Embora tenha sido atestada a complexidade das línguas ameríndias, através dos quatro volumes do *Handbook of American Indian Languages*, editados entre 1911 e 1914, tais descrições não revelaram que pode haver diferenças de complexidade entre as línguas, conforme veremos na próxima

seção. Aliás, o que se deu foi o contrário disso. Os pesquisadores envolvidos nas descrições das línguas ameríndias da América do Norte, raramente linguistas, ao se defrontarem com a complexidade de tais línguas, postularam que todas as línguas teriam o mesmo grau de complexidade. Isso se deu, no entanto, com poucas comprovações empíricas, ou seja, as afirmações que levaram linguistas e estudiosos a postularem a equicomplexidade de todas as línguas foi feita, a nosso ver, sem as devidas observações na estrutura das línguas estudadas, ou quando observadas e mesmo comparadas tais estruturas, isso era feito com uma amostragem muito pequena de línguas (Nichols 2009). Antes de estabelecer a equicomplexidade, no entanto, há um percurso intelectual em torno do que foi o estruturalismo norte-americano que devemos expor aqui. O influente antropólogo Franz Boas acreditava que as culturas chamadas primitivas, nada deviam – seja em seus costumes, sistemas de crenças, religião, alimentação, parentesco etc. – às chamadas culturas letradas (Boas, 2004). Ocorre que os estudos culturais de Boas eram prontamente associados à língua, logo, não haveria também diferenças qualitativas entre as línguas dos ditos povos primitivos com os assim chamados civilizados. Sendo assim, se não há diferenças culturais significativas entre povos, sejam eles nômades ou citadinos, e constatada a notável complexidade estrutural advinda das descrições de línguas ameríndias, logo, não se pode dizer seguramente que existem línguas menos ou mais complexas do que outras – e muito menos fazer qualquer relação plausível entre desenvolvimento tecnológica e complexidade gramatical (Leal 2020: 30). É possível que a partir desse ponto se inicia o truísmo da equicomplexidade linguística, ou ao menos um início das discussões que estavam por vir a respeito da complexidade das línguas.

Ainda antes dos estruturalistas, em seu *The Life and Growth of Language* de 1875, Whitney (*apud* Miestamo et al. 2008) brevemente menciona que poderia haver equicomplexidade entre as línguas, o próprio Hockett notaria que:

Algumas atitudes se alteraram. A erudição do século XIX afirmava firmemente que alguns dialetos, idiomas, culturas e espécies são inerentemente melhores ou “superiores” do que outros. Isso produziu uma tipologia na forma de uma escala evolutiva linear, de modo que, se duas línguas diferiam de qualquer modo essencial, só poderia ser que uma estivesse menos evoluída do que a outra. Whitney muitas vezes parece dividido entre essa atitude e o igualitarismo desinteressado da ciência natural, e o leitor

moderno fica satisfeito com a frequência com que o último assume a vantagem. (HOCKETT 1958: xvi)⁵.

A definitiva instauração do truísmo da equicomplexidade talvez tenha se dado com a obra de Charles Hockett, *A Course in Modern Linguistics*, editado em 1958. Nela, o linguista discorre explicitamente sobre a questão de complexidade linguística ao longo de toda a obra, reafirmando noções inspiradas possivelmente na antropologia de que todas as línguas naturais seriam equivalentes com relação à sua complexidade, e suas diferenças estruturais seriam explicadas através de uma espécie de “lei das compensações”. São vários exemplos ao longo da obra de diferenças de complexidade entre as línguas, principalmente nos níveis fonético e fonológico. Tais exemplos vêm sempre acompanhados de um argumento em favor da “lei das compensações”, que equivaleria dizer que, se há numa dada língua, por exemplo, o alemão, em que a morfologia é mais complexa, haveria de ter uma compensação, digamos na ordem das palavras, para que o alemão se equivalesse em complexidade com, digamos, o inglês.

Uma medida objetiva seria difícil, mas o impressionante é que parece que a complexidade gramatical de qualquer língua, tanto a morfologia quanto a sintaxe, é aproximadamente a mesma. Isso não é surpreendente, uma vez que todas as línguas têm trabalhos igualmente complexos a fazer, e o que não é feito morfologicamente, tem que ser feito sintaticamente. O Fox, por exemplo, com uma morfologia mais complexa do que o inglês, deve ter uma sintaxe um pouco mais simples (HOCKETT 1958: 180-181)⁶.

Seja como for, os esforços empreendidos pelo estruturalismo, especialmente em sua fase final, não foram suficientes para atestar a equicomplexidade das línguas, isso porque os testes demonstrados por Hockett não foram empiricamente comprovados, pois a amostragem de Hockett parece ter sido pequena, além disso, no tempo deles muitas línguas como o Riau indonésio e o pirahã não eram conhecidos, ou seja, os estudos

5 No original: “Some attitudes have altered. Nineteenth-century scholarship firmly held that some dialects, languages, cultures, and species are inherently better or ‘higher’ than others. That yielded a typology in the form of a linear evolutionary scale, so that if two languages differed in any essential way it could only be that one was less fully evolved than the other. Whitney often seems torn between that attitude and the disinterested egalitarianism of natural science, and the modern reader is pleased at the frequency with which the latter gets the upper hand.” (Hockett 1979: xvi).

6 No original: “Objective measurement is difficult, hut impressionistically it would seem that the total grammatical complexity of any language. Counting both morphology and syntax, is about the same as that of any other. This is not surprising, since all languages have about equally complex jobs to do, and what is not done morphologically has to be done syntactically. Fox, with a more complex morphology than English, thus ought to have a somewhat simpler syntax; and this is the case” (HOCKETT 1958 [1954]: 180-181).

desse linguista não privilegiavam a observação das línguas em seus vários níveis ao mesmo tempo como propõe Nichols:

O que é necessário é uma pesquisa interlinguística dos níveis de complexidade em diferentes partes da fonologia, gramática e léxico. Se a amostra fosse grande o suficiente e a pesquisa de complexidade ampla e detalhada o suficiente, isso nos diria se todas as línguas são de fato igualmente complexas, ou pelo menos se existe algum nível geral ideal de complexidade e / ou algum limite superior e inferior para generalizar complexidade. Medir a complexidade total de uma língua em termos comparáveis e quantificáveis em várias línguas seria uma tarefa gigantesca e injustificadamente cara em tempo e esforço; mas uma definição adequadamente abrangente de complexidade deve tornar possível desenhar uma amostra representativa de complexidade em domínios gramaticais diferentes, relativamente fáceis de pesquisar, para dar uma indicação confiável de se a complexidade geral varia ou não (Nichols *in* Sampson et. al. 2012: 110-111)⁷.

A situação da complexidade não mudaria muito dentro dos programas científicos pós-estruturalistas. Enquanto no século XIX a complexidade linguística foi atrelada à morfologia, na fase estruturalista compara-se a morfologia à sintaxe para tentar mostrar que haveria alguma espécie de compensação entre esses níveis para justificar a equicomplexidade das línguas. Mesmo feitas as devidas comparações, linguistas no início do século XXI mostraram que elas não foram o suficiente para sustentar a tese da equicomplexidade. Ou seja, por mais algumas décadas o truísmo de que as línguas possuíam todas o mesmo grau de complexidade perduraria na linguística.

Mesmo que a intenção por detrás da “lei das compensações” fosse o de evitar preconceitos contra povos ditos selvagens, e mesmo com os avanços reconhecidamente importantes do estruturalismo, a questão da complexidade linguística foi fortemente afetada, pois a partir de Hockett (1958), principalmente, como vimos, a questão da complexidade linguística parece estar definitivamente resolvida, com a tal “lei das compensações”.

7 No original “What is needed is a cross-linguistic survey of complexity levels in different parts of phonology, grammar, and lexicon. If the sample were large enough and the complexity survey broad and detailed enough, this would tell us whether all languages are in fact equally complex, or at least whether there is some optimal overall level of complexity and/or some upper and lower limit to overall complexity. Measuring the total complexity of a language in crosslinguistically comparable and quantifiable terms would be a massive task and unreasonably costly in time and effort; but a properly comprehensive definition of complexity should make it possible to draw a representative sample of complexity in enough different grammatical domains, relatively easy to survey, to give a reliable indication of whether overall complexity does or does not vary” (Nichols *in* Sampson et. al. 2012)

Na verdade, tal noção foi passada de geração a geração de linguistas como verdade intocável.

6. Final do Século XX e início do Século XXI

Com o advento da gramática gerativa como programa dominante de estudos linguísticos na segunda metade do século XX, a noção de gramática universal ganha força e se torna o principal objeto de estudo para a linguística, ao menos para os gerativistas. A ideia é que a gramática, aparato biológico e inato presente em todos os falantes de todas as línguas naturais, possuindo características comuns presentes em todas as línguas, logo não poderia haver diferenças de complexidade entre as línguas, visto que o que importa observar é o que as línguas têm em comum. Dito de outra forma: se há uma gramática universal, nela não pode haver diferenças, ao menos diferenças significativas no tocante à complexidade.

Não demora a chegar reações ao método gerativo e, com elas, desloca-se o eixo de atenção ao objeto único gramática universal para se dar atenção a outros aspectos da língua. Um deles é o aspecto social da linguagem, a exemplo da sociolinguística que se ocupa em observar a língua em sua natureza social. Aliás, é de sua contraparte social que são observadas diferenças de complexidade entre as línguas, segundo a pesquisa de Kusters (2003).

Antes da pesquisa de Kusters, porém, Trudgill (1983, *apud* Newmeyer & Preston 2014), ao investigar duas variedades do grego moderno, sob a ótica da sociolinguística, também havia notado que poderiam existir diferenças de complexidade entre as variedades observadas. Na época, o estudo não foi o suficiente para que se voltasse a discutir complexidade linguística. Uma discussão mais profunda sobre o assunto veio a acontecer, na linguística, apenas nos primeiros anos do século XXI com McWhorter (2001) e Dahl (2004).

O linguista norte-americano John McWhorter escreve um artigo polêmico em 2001, “The world’s simplest grammars are creole grammars”, cuja maior preocupação era mostrar que as gramáticas de línguas emergentes tendem a ser mais simples⁸ do que gramáticas de línguas há mais tempo estabelecidas. Ao comparar as gramáticas de línguas emergentes com as de línguas mais antigas, McWhorter percebeu que morfologia derivacional não-composicional, flexões e tons lexicalmente distintos não eram registradas em línguas crioulas, não coincidentemente são as três operações mais difíceis de se aprender como segunda língua: “Um subconjunto de línguas crioulas apresenta menos complexidade gramatical geral do que as línguas mais antigas, em virtude do fato de terem nascido como pidgin e, portanto, despojado de

8 McWhorter (2001) observa que a simplificação de línguas emergentes se dá porque essas não apresentam vários traços que suas línguas de substrato possuem, tais como marcação de plural, menos morfemas verbais, dentre outros.

quase todos os recursos desnecessários à comunicação”⁹ (McWHORTER 2001, p. 125). Ao estudar as gramáticas das línguas emergentes, McWhorter acaba contribuindo para a discussão da diferença de complexidade entre línguas, ajudando a derrubar o truísmo da equicomplexidade das línguas.

Ao mesmo tempo, McWhorter (2001) procura deixar claro que não há relação entre complexidade linguística com qualquer outro tipo de complexidade ou capacidade intelectual. Dito de outra forma: falantes de línguas crioulas não apresentam qualquer déficit cognitivo com relação a falantes de línguas antigas. Junto a isso, ele provou também a inexistência de uma relação entre complexidade linguística e potencial expressivo, ou seja, não interessa qual seja a complexidade linguística de uma dada língua, ela pode dizer tudo o que seus falantes quiserem e tudo o que possa ser dito numa outra língua.

Para Dahl (2004), outro pioneiro a levar a cabo a discussão sobre a complexidade das línguas, assim como McWhorter, acha que a idade da língua a torna cada vez mais complexa. Ele defende a ideia de que línguas há mais tempo estabelecidas, e somente elas, possuem o que ele chama de “ornamentos” que línguas mais jovens não possuem. Os exemplos disso em seu *The Growth and Maintenance of Linguistic Complexity* são vários, mas para ilustrar esse breve debate, mencionaremos aqui a marcação redundante de plural na cadeia sintagmática nominal, digamos, da língua portuguesa. Tal redundância é tida como marca de ornamento que a língua só poderia ter adquirido com o tempo, tal como já vimos anteriormente aqui. Dahl (2004) mostra em sua obra que somente através de séculos certos traços das línguas, que não auxiliam propriamente na comunicação, são adquiridos. E assim como McWhorter (2001), Dahl (2004) observa que línguas novas, como línguas emergentes, não possuam tais “ornamentos”, dispensáveis à comunicação, por exemplo.

Diferentemente de épocas passadas, hoje em dia, discutir complexidade linguística depende da verificação de todos os níveis da língua, sua estrutura, bem como dependem da observação de fatores externos, tais como a posição da língua na dinâmica social e suas ferramentas de comunicação. Além disso, tanto correntes de investigação funcionalistas, cujo amparo verifica na comunicação a razão de ser das línguas, tais como as hipóteses levantadas por Dahl (2004), as quais se amparam fortemente na comunicação; quanto correntes formalistas, as quais prezam pela observação das estruturas linguísticas, como Culicover (2013), por exemplo, têm discutido questões em torno da complexidade linguísticas. Aliás, Culicover (2012) é um dos

9 No original: “[...] a subset of creole languages displays less overall grammatical complexity than older languages, by virtue of the fact that they were born as pidgins, and thus stripped of almost all features unnecessary to communication [...]” (McWhorter, 2001, p. 125).

linguistas que se vale do aparato da gramática gerativa para tentar explicar fenômenos da diferença de complexidade entre as línguas.

7. Considerações Finais

Vimos que no século XIX a questão da complexidade linguística é tomada como parâmetro de valoração das línguas e no século XX, há discussões em torno a questões éticas que envolvem complexidade linguística. Seja de uma forma ou de outra, em nenhum dos casos a questão da complexidade linguística foi tratada sob parâmetros sistemáticos e rigorosos que testavam ou ao menos que mediam o que é complexidade linguística. Diferentemente dos dois cenários anteriores, em fins do século XX e, principalmente, no século XXI a questão ganha contornos, digamos, mais fiáveis, porque são passíveis de serem confrontados e testados. Também porque agora as estruturas das línguas, certamente mais bem descritos do que os períodos anteriores, podem ser mais bem comparados umas às outras. Parece que tal observação à estrutura das línguas, assim como outros estudos linguísticos que vimos ao longo deste artigo, levou linguistas a estabelecer parâmetros métricos para complexidade entre as línguas.

Tanto para McWhorter (2001) quanto para Dahl (2004) é claro que qualquer língua natural, pelo que se evidencia, tem todo o maquinário necessário para desenvolver o mais complexo dos sistemas para ser expresso em seus mais diversos níveis: fonológico, semântico, expressivo etc. Todo esse entendimento, no entanto, não era evidente nos períodos anteriores:

A dissociação explícita da complexidade linguística da complexidade cultural removeu um obstáculo a ideia de que todos os seres humanos eram inerentemente iguais. Uma vez que a dissociação foi aceita, seria inútil buscar a justificação da desigualdade humana com base na suposta desigualdade linguística, removendo assim um obstáculo a conclusão de que as línguas não podem nem devem ser classificadas em termos de sua complexidade (JOSEPH; NEWMAYER, 2012, p. 351)¹⁰.

Assim, o que se chamava outrora complexidade linguística não tem, nem de longe, o mesmo sentido que atribuímos hoje a esse conceito. Através da análise que fizemos dos três períodos em que a complexidade linguística

10 No original: “The explicit dissociation of linguistic complexity from cultural complexity removed an obstacle to the idea that all humans were inherently equal. Once the dissociation was accepted, it would be useless to seek justification for human inequality on the basis of putative linguistic inequality, thereby removing one obstacle to the conclusion that languages cannot and should not be ranked in terms of their complexity” (Joseph & Newmeyer, 2012, p. 163).

foi objeto de estudos, conseguimos observar que o mesmo objeto teórico não é, em cada um dos períodos, o mesmo objeto observacional (Borges Neto 2004, p. 34-39). No século XIX, complexidade se resumia ao paradigma morfológico das línguas; enquanto na primeira metade do século XX, pelo menos, houve a equiparação da complexidade entre as línguas, possivelmente mais por questões éticas do que por questões linguísticas. As observações das estruturas das línguas, cada vez mais sofisticadas, juntamente com outras ferramentas, tais como procedimentos sociolinguísticos e de proficiência de estrangeiros, bem como a observação estrutural de línguas emergentes fez eclodir, novamente, a questão da complexidade linguística.

A visão do que seja complexidade, para além da linguística, afetou a visão que se tem da própria língua. Basta lembrarmos da classificação prototipológica de Schleicher, para quem, no século XIX, as línguas de morfologia rica eram também as mais complexas, e isso era um reflexo de sua organização social, que também deveria ser complexa (Deutscher 2014). Já no século passado, dadas diversas polêmicas, convencionou-se tratar complexidade linguística como um tabu que não deveria ser mais tocado, como uma questão agora resolvida, cujo passado era inclusive motivo de um certo embaraço.

Em todo caso, concordamos com Borges Neto (2004), que diz que “A linguagem é um objeto de tal complexidade que todas as possibilidades de abordagem serão sempre parciais” (BORGES NETO, 2014, p. 68). Por esse motivo o objeto de estudo “complexidade linguística” é visto de diferentes formas em diferentes épocas. Podemos até afirmar que o mesmo objeto teórico muda, através dos tempos e das diferentes formas de se ver a língua, em parte pela pluralidade própria da linguística, em parte porque o objeto “complexidade linguística” é, por si só, algo extremamente difícil de se precisar. Como pudemos perceber, ao longo do tempo a complexidade linguística, além de se apresentar como múltiplos objetos teóricos, é apresentada sob conceitos diferentes entre si. Acreditamos que atualmente estamos de posse de conceitos bem mais sofisticados do que seja complexidade linguística do que qualquer outro momento na história dos estudos sobre a língua. Nesse sentido, várias questões que outrora foram colocados a respeito sobre complexidade linguística estão hoje mais perto de serem respondidos.

Referências

AMSTERDAMSKA, Olga. *Schools of Thought*. Norwell: Reidel Publishing Company, 1987.

AUROUX, Sylvain. *A Revolução Tecnológica da Gramaticização*. Campinas: Editora da UNICAMP. 1992.

BATISTA, Ronaldo Oliveira; BASTOS, Neusa Barbosa (Orgs.). *Questões em historiografia linguística: homenagem à Cristina Altman*. São Paulo: Pá de Palavra, 2020.

BECCARI, Alessandro Jocelito. *Uma tradução da Grammatica Speculativa de Tomás de Erfurt para o português: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras. Curitiba: 2013.

BORGES NETO, José. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola. 2004.

CULICOVER, Peter W (org.). *Grammar & Complexity – Language at Intersection of Competence and Performance*. New York: Oxford. 2013.

DAHL, Östen. *The Growth and Maintenance of Linguistic Complexity*. Amsterdam: John Benjamins. 2004.

DEUTSCHER, Guy. *O Desenrolar da Linguagem*. Tradução Renato Basso e Guilherme Henrique May. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

EDMONDS, Bruce. *Syntactic Measures of Complexity*. Tese (Doutorado). Universidade de Manchester, Departamento de Filosofia, Manchester. 1999.

206

GELL-MANN, Murray. “What is Complexity”. In *Complexity*, Vol. 1, Nº. 1, John Wiley and Sons, Inc: London. 1995.

_____. *O Quark e o Jaguar. As aventuras no simples e no complexo*. Rocco. Rio de Janeiro: 1996.

GUIMARÃES, Márcio Renato. “O Termo Ariano e a narrativa indo-europeia”. In. *Revista Línguas e Letras*. UNIOESTE. Vol. 19, Nº 43. Cascavel: 2018.

_____. *Linguística no século XIX: Cientificidade e Narrativa das Origens*. Manuscrito gentilmente fornecido pelo autor. UFPR/DELLIN. Curitiba. 2020.

HEIDERMAN, Werner; WEININGER, Markus. *Humboldt: Linguagem, Literatura e Bildung*. Florianópolis: UFSC. 2006.

HOCKETT, Charles. *A Course in Modern Linguistics*. Oxford: IBH Publishing & Co. 1958.

JOSEPH, John & NEWMAYER, Frederick. "All Language are Equally Complex' The Rise and Fall of a Consensus". In: *Historiographia Linguistica* xxxix: 2/3. (pp.: 341–368). Washington: John Benjamins Publishing Company. 2012. <doi 10.1075/hl.39.2.08jos>

KOERNER, E.F. Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Sel. e ed. de textos de R. Kemmler e C. Altman. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

KUSTERS. Christiaan Wouter. *Linguistic Complexity: The Influence of Social Change on Verbal Inflection*. Tese (Doutorado). Universidade de Leiden: LOT. 2003.

LEAL, Ednei de Souza. *Complexidade Linguística: um panorama e um estudo de caso*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Departamento de Letras, Programa de Pós-graduação em Linguística: São Carlos, 2020.

_____. "Complexidade Linguística e Aquisição de L2: Panorama Teórico". In: *Working Papers* – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2018. Disponível em << <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2018v19n1p136>>>.

McWHORTER, John. "The world's simplest grammars are creole grammars". In: *Linguistic typology* 5, 125–166. 2001.

MIESTAMO, Matti; SINNEMÄKI, Kaius; KARLSSON, Fred (orgs.). *Language Complexity: Typology, contact, change*. Amsterdam: John Benjamins. 2008.

MOUNIN, Georges. *História da linguística: das origens ao século XX*. Porto: Despertar, 1970.

NEWMAYER, Frederick & PRESTON, Laurel (orgs.). *Measuring Grammatical Complexity*. London: Oxford. 2014.

ROBINS, R. H. (Robert Henry). *Pequena história da Linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

SAMPSON, Geoffrey; GIL, David; TRUDGILL, Peter (orgs.). *Language Complexity as an Envolving Variable*. New York: Oxford. 2009.

SWIGGERS, Pierre. “Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas”. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80.